

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0021418426/2024 - SED.URC.ARC

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Da necessidade

A Educação Infantil é considerada uma etapa fundamental da educação básica, pois é nessa fase que as crianças desenvolvem as habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais necessárias para o seu desenvolvimento integral.

O acesso à Educação Infantil é um direito fundamental das crianças, pois é uma forma de garantir que elas tenham as oportunidades necessárias para desenvolver seu potencial e se tornarem cidadãos ativos e participativos.

O direito à Educação Infantil é um direito fundamental que deve ser garantido a todas as crianças.

Aliás, o acesso a Educação é um direito de todos, constitucionalmente positivado:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (grifo nosso).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; [...]

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 assim prevê:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (grifo nosso)

Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº. 9.394/96):

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (grifo nosso)

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: [...]

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (grifo nosso)

Art. 5º [...]

*§ 2º. Em todas as esferas administrativas, o **Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso** ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em*

seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

Ainda segue a LDB:

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; [...] (grifo nosso).

Neste mesmo contexto a LDB traz em seu bojo o direito da criança em vaga mais próxima de sua residência:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]

*X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais **próxima de sua residência** a[...]* (grifo nosso)

Diante dos argumentos supra elencados temos de forma explícita que, cabe a Administração, por ser um DEVER seu, em fornecer acesso a Educação a todas as crianças. Neste caso, em especial, principalmente aos alunos da Educação Infantil que não encontram vagas em CEIs próximo a suas casas.

Assim, cabe ao Município buscar alternativas para que o acesso à Educação seja pleno.

Ocorre que, a **necessidade** da presente contratação se dá devido ao fato de que Administração Pública, na figura do Município, ou na figura do Estado, atualmente, não possui estrutura física, ou seja, unidades escolares, nem salas de aulas, nem profissionais em número suficiente para atender toda a demanda de vagas necessárias de forma adequada.

Considerando ser seu dever em atender a esta demanda, o Município precisa buscar alternativas.

Já há um forte movimento na construção de novas unidades, que estão ocorrendo, mas que demandam tempo, devido a elaboração de projetos, memoriais, processo de compras, processo licitatório e contratualização. Assim, como alternativas surge a contratação de vagas junto às outras instituições de ensino. Diga-se que, junto as instituições filantrópicas, já se chegou ao seu limite, então, não resta outra alternativa a não ser contratar instituições particulares.

Neste sentido, relevante expor que, hoje, a Secretaria de Educação já mantém termos de credenciamentos com instituição(ões) especializada(s) na área da educação (ensino) *para fornecimento de prestação de serviços para atendimento na educação infantil*, de crianças de 4 meses a 5 anos, 11 meses e 29 dias, que necessitam de vagas, nos Centros de Educação Infantil (CEI), no Município de Joinville. Ocorre que, considerando a revogação da Lei nº 8.666/93, bem como considerando o disposto na Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de abril de 2023, alterada pela Portaria SEGES/MGI Nº 4.932, de 30 de agosto de 2023, a qual dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, acerca do disposto no artigo 6º da citada Portaria:

*Art. 6º Os credenciamentos realizados, nos termos do disposto no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, **deverão ser extintos até 31 de dezembro de 2024.***

Diante do exposto, temos que todos os Credenciamentos regidos pela Lei nº 8.666/93 serão revogados em dezembro de 2024. Desta forma, para que não haja interrupção abrupta do credenciamento de instituições para a oferta de vagas na Educação Infantil, necessário se faz a realização de um novo processo de compras, já dentro dos ditames da Lei nº 14.133/2021.

No mais, conforme acima já exposto, a presente contratação, nada mais é do que o cumprimento de um dever legal do Estado, mais precisamente, de um preceito constitucional. Negar este preceito estar-se-ia indo contrário a nossa Lei Maior, o que acarretaria diversos problemas à Administração.

A compra de vagas de instituições particulares para a Educação Infantil é uma medida que tem sido adotada por diversos municípios brasileiros, com o objetivo de ampliar o acesso à educação infantil para crianças de famílias de baixa renda.

Dessa forma, inegável o interesse público, diga-se, notório, no subsídio para contratação de vagas na Educação Infantil junto a instituições fora do âmbito da Administração Pública, cuja finalidade é garantir que as crianças, cujas famílias trabalham fora, bem como alunos procedentes de famílias com vulnerabilidade social e financeira, tenham acesso ao atendimento nesta etapa.

Sendo assim, considerando que a Educação é responsabilidade do poder público, o subsídio para contratação de vagas na Educação Infantil junto a instituições, é uma alternativa para suprir a demanda de vagas no Município.

Aliás, garantir o acesso à Educação Infantil é uma forma de promover a equidade e a inclusão social, assegurando que todas as crianças, independentemente de sua origem social, econômica ou étnica, tenham oportunidades iguais de desenvolvimento e aprendizado.

Assim, resumidamente a necessidade a ser atendida é de ofertar para as famílias que trabalham fora, bem como alunos procedentes de famílias com vulnerabilidade social e financeira, tenham acesso a vagas na Educação Infantil (acesso à Educação).

Considerando os fatos apontados, bem como considerando que ainda há Edital vigente, a necessidade da presente contratação é para **janeiro/2025**.

Por fim, temos que os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como comuns, conforme previsto no art. 6º, inc. XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.2 - Da(s) meta(s)/estratégia(s) do PME

Destaque-se ainda que, a presente aquisição vêm alinhada com as estratégias 1.1 da **Meta 1** do Plano Municipal de Educação, **Lei Municipal nº 8.043/2015** que estabelece:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano, além de garantir a melhoria da qualidade no atendimento. [...]

1.8. articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública, de modo a extinguir gradativamente a política de convênios com as instituições privadas para a oferta da Educação Infantil; [...]

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), para o exercício de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023.

Sendo assim, para 2024, que a presente contratação fora prevista no PCA para o ano de 2024, porém o mesmo não fora publicado, entretanto, mesmo assim, não há contrariedade a Lei ou mesmo empecilhos quanto a continuidade da contratação.

Assim, informamos que muito embora não exista o Plano de Contratações Anual publicado para o ano de 2024, a contratação está prevista no plano de ações desta Secretaria.

A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - **Processo 21.0.187194-1**.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- A execução dos serviços, para o atendimento às crianças de **4 (quatro) meses à 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias**, na Educação Infantil, serão em consonância com as diretrizes estabelecidas na legislação;

- Os atendimentos serão **gratuitos** e de acordo com o(s) Calendário(s) Escolar(es) a ser(em) disponibilizado(s) pela Secretaria de Educação, bem como, de acordo com o Plano de Ação Pedagógico apresentado no Credenciamento, Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno aprovados pelo Conselho Municipal de Educação;

a) Os itens descritos no Projeto Político Pedagógico ou Regimento Interno, dentro do horário de permanência, estarão cobertos por meio do Termo de Contrato;

b) As atividades oferecidas dentro do horário de permanência que não constar no Projeto Político Pedagógico ou Regimento Interno passarão a fazer parte integrante deste, devendo a criança subsidiada pelo Termo de Contrato participar gratuitamente desta;

- Os serviços poderão ser executados em:

a) Creches para crianças de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias;

b) Creches e pré-escolas para crianças de 4 (quatro) meses a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias;

- A execução dos serviços, na relação direta criança / professor, com crianças de 4 (quatro) meses a 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, deverá ser efetuada por profissional com licenciatura em Pedagogia ou em Curso Normal Superior, admitida como formação mínima a oferecida em nível médio na modalidade Normal(Magistério);
- A execução do serviço, na relação "criança / auxiliar de desenvolvimento infantil", deverá ser efetuado por profissional com escolaridade de Ensino Médio Completo e, preferencialmente na modalidade Normal (Magistério);
- A execução dos serviços de Coordenação Pedagógica, da(s) CONTRATADA(S), deverá(ão) ser(em) exercida(s) por profissional licenciado em Pedagogia ou outra Licenciatura com formação em nível de Pós graduação, pertencente ao quadro de funcionários da(s) CONTRATADA(S), com carga horária de trabalho e permanência na unidade escolar de, no mínimo 40 horas semanais;
- O imóvel onde serão executados os serviços deverá apresentar condições adequadas de localização, acesso, segurança, salubridade, saneamento, iluminação e higiene;
- O imóvel onde ocorrerá os atendimentos deverá estar de acordo com as normas e os padrões mínimos fixados na **Portaria GM/MS nº 321 de 26 de maio de 1988 e no Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**;
- O imóvel deverá atender a todas as normas brasileiras no tocante a acessibilidade à pessoas com deficiência e idosas, nos moldes da legislação vigente, em especial a acima citada, bem como as demais que por ventura possam ser aplicáveis ou a suceder, sob pena da aplicação das sanções cabíveis;
- Os ambientes destinados à execução dos serviços e seus respectivos acessos, não podem ser de uso comum com domicílio particular ou estabelecimento comercial;
- A(s) CONTRATADA(S) que apresentar(em) proposta de atendimento em regime de tempo integral, deve prover local interno para repouso, com berços e/ou colchonetes em bom estado de conservação, que ofereça conforto no momento de repouso, revestidos de material liso e lavável em quantidade suficiente para atender todas as crianças, conforme **Portaria nº 35 / 2021 - INMETRO**;
- Os serviços prestados em instituições que ofereçam a Educação Infantil devem conter espaços, conforme as especificidades do atendimento, obedecendo às normas e os padrões mínimos fixados na legislação vigente. Caso a(s) CONTRATADA(S) ofertar(em) também outros níveis de ensino, os espaços utilizados pelas turmas da Educação Infantil, poderão ser compartilhados com os demais níveis de ensino, desde que a ocupação se dê em horário diferenciado;
- Em caso de qualquer tipo de acidente ou situação emergência, deverá ser comunicada imediatamente a Secretaria de Educação - Área de Convênios;
- Indicando de forma clara (minimamente): nome da criança, se o(s) responsável(is) legal(is) já fora(m) comunicado(s), quais medidas tomadas.

- Do Prazo

- a) A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 12 meses de execução, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual;
- b) O prazo de vigência contratual será de 14 meses de vigência, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

- Critérios de sustentabilidade

- a) Deve atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução; e,
- b) Promover a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, sempre que a legislação assim o exigir.

- Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação.

- Garantia da contratação

Quanto à garantia de execução contratual, considerando o objeto da contratação, para o presente caso é desnecessária, em virtude da prerrogativa prevista no **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**.

- Equipe Mínima

- a) A(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) possuir(em) equipe(s) mínima(s) de profissionais dentro dos parâmetros para a organização das turmas e plena funcionalidade da unidade de Educação Infantil, que deverão ter a seguinte relação professor / criança:
 - a.1) Atividades Pedagógicas: Coordenador Pedagógico: No mínimo 1 (um) profissional com formação / licenciado em Pedagogia ou outra Licenciatura com formação em nível de Pós Graduação, segundo o art. 64 da **Lei nº 9.394/96**;
 - a.1.1) Deverá pertencer ao quadro de funcionários da(s) CONTRATADA(S), com carga horária de trabalho de, no mínimo, 40 horas semanais na unidade.
- b) Atividades Pedagógicas (arts. 10 e 11 da **Resolução nº 910/2021/CME**). Os parâmetros para a organização das turmas de "creche e pré-escola" deverão respeitar a seguinte relação professor / criança e auxiliar de desenvolvimento infantil: conforme quadro abaixo, ou, pelo que vier a ser substituído por mudança de Resolução, Lei ou Portaria do Conselho Municipal de Educação;
- c) Durante todo o período de atendimento os professores deverão estar acompanhados do auxiliar de desenvolvimento infantil;
- d) A enturmação deverá ser realizada por faixa etária considerando a data corte em 31 de março e mantida até final do ano letivo;
- e) A área coberta mínima para as salas de atividades das crianças deverá ser de 1,50m² por criança atendida,

conforme **Resolução nº 910/2021/CME**;

f) Atividades de Assessoramento:

f.1) Nutricionista: No mínimo 1 (um) profissional com formação em ensino superior completo na área de nutrição como responsável técnica com registro no Conselho Regional de Nutrição para assessorar as questões relativas à alimentação, elaboração e o acompanhamento do cardápio, para o desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional e elaboração de **Relatório Mensal de Atividades** desenvolvidas com as crianças.

- Da garantia

O(s) serviços(s) deverão ter garantia legal - nos moldes do Código de Defesa do Consumidor.

- Da Gestão

a) A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização conforme previsto na **Instrução Normativa nº 04/2022** da Secretaria de Administração e Planejamento, **Capítulo VI, Seção IV, V e VI**, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

a.1) Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela(s) CONTRATADA(S) de todas as condições contratuais.

a.2) A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será devidamente nomeada após o recebimento do Termo de Contrato ou instrumento equivalente;

b) Define-se como forma de comunicação com a(s) CONTRATADA(S) a formal, nos termos do **Decreto n.º 51.742/2022**, que aprovou a **Instrução Normativa n.º 04/2022 (SEI 0015231284)** da Secretaria de Administração e Planejamento;

c) Após a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE, a seu critério poderá convocar representante(s) da(s) CONTRATADA(S) para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, das sanções aplicáveis, dentre outros;

d) A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando necessário;

e) A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

f) Caberá durante a contratação, à CAF a verificação do cumprimento por parte da(s) CONTRATADA(S) em manter(em) todas as condições contratuais quando da assinatura do Termo de Contrato (ou documento equivalente), durante todo o seu período de execução;

f.1) Procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da(s) CONTRATADA(S) manter(em) todas as condições contratuais:

f.1.1) Através de solicitação formal junto à(s) CONTRATADA(S) e posterior conferência da documentação apresentada(s) pela(s) CONTRATADA(S) durante a execução da contratação, se esta mantém todas as condições de habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, habilitação técnica, das demais disposições contratuais, técnicas e legais prevista no Edital (ou documento equivalente);

f.1.2) Realização de verificações *in loco*, de visitas técnicas e inspeções para verificar a qualidade dos serviços prestados de acordo com o previsto no Termo de Referência e demais anexos (quando aplicável);

f.1.3) Solicitação formal e/ou verificações *in loco* de comprovação do cumprimento das demais condições ou documentos exigidos (conforme o caso) na contratação, além dos previstos nos subitens anteriores, quando aplicável.

- Obrigações da Contratada

- Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente identificados;

- Assumir integral responsabilidade, na medida de suas obrigações, pela remuneração e pagamento dos encargos fiscais, trabalhistas, tributários, previdenciários, de seguros, de eventuais danos causados a terceiros e outros similares, eximindo o Município de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros;

- Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados;

- Será de responsabilidade da(s) CONTRATADA(S) todas as despesas necessárias para a prestação do(s) serviço(s);

- Responsabilizar-se por todos os custos e despesas referentes a prestação dos serviços a serem executado;

- Adequar o(s) serviço(s), no prazo fixado pela CONTRATANTE, após notificada, os que apresentarem defeitos/vícios, ocultos ou não, e/ou que se tornarem impróprios e/ou, que não correspondam com o Termo de Referência, sem ônus para CONTRATANTE;

- Caso a CONTRATANTE constatar qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da(s) CONTRATADA(S), cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela(s) CONTRATADA(S) sem ônus para a CONTRATANTE;

- Comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do Termo de Contrato;

- Executar os serviços dentro dos horários estabelecidos pela Secretaria de Educação;

- Manter em bom estado de conservação, salubridade e em condições de segurança a estrutura física do prédio, das salas de aulas, da cozinha, dos banheiros, parques e áreas externas, bem como realizar sua manutenção, sempre que necessário;

- Manter em bom estado de conservação, salubridade e em condições de segurança os brinquedos e

equipamentos utilizados nas atividades lúdicas e pedagógicas, bem como realizar sua manutenção e substituição, sempre que necessário;

- Fazer a dedetização dos espaços e limpeza da caixa da água, por empresa especializada, ano mínimo a cada seis meses;

- Manter as condições de segurança e higiene dentro das normas da Vigilância Sanitária, Conselho Regional de Nutricionista e órgãos reguladores do Município de Joinville;

- Analisar a documentação entregue pelo responsável da criança, junto com a Comissão de matrícula, no ato da análise de cadastro selecionado na oferta de vaga considerando **APTO** ou **INAPTO**;

- Atestar a veracidade das documentações entregues no Ato da matrícula, emitindo "Declaração de Responsabilidade de Deferimento de Matrícula" (**SEI 0020773920**);

- A documentação deverá ser de acordo com o especificado no(s) Edital(is) de Matrícula ou aos que vier a substituí-los, publicados pela Secretaria de Educação;

- Registrar em "ata" sua decisão acerca dos encaminhamentos da(s) matrícula(s);

- Disponibilizar as vagas ofertadas para a Secretaria de Educação e matricular obrigatoriamente alunos encaminhados através do sistema eletrônico de cadastro da Secretaria de Educação;

- Observar diretrizes e normas emanadas dos órgãos competentes do Município, inclusive no que se refere às normas e medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

- Em casos fortuitos e ou de força maior, desde que devidamente comprovados pela(s) CONTRATADA(S), esta(s) precisar(em) alterar(em)/mudar(em) o endereço onde acontecem os atendimentos, deverá informar a Secretaria de Educação, para que esta possa analisar e averiguar a situação e realocar na sua rede própria ou na rede conveniada mais próxima, o(s) aluno(s) beneficiado(s), respeitando-se o zoneamento pertinente;

- Disponibilizar e manter, em local visível ao público, placa informando que possui Termo de Contrato junto ao Município, conforme anexo, documento **SEI 0020919192**, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos** da data da assinatura do Termo de Contrato;

- Manter em local visível ao público cartaz (no mínimo em tamanho A3) informando que a unidade **não cobra pelos atendimentos subsidiados pelo Município**, conforme **Lei Municipal nº 6.407 de 17 de dezembro de 2008**;

- Manter atualizada e disponível à Secretaria de Educação toda a documentação do(s) aluno(s) beneficiado(s) pelo Termo de Contrato, tais como: ficha de anamnese, certidão de nascimento, carteira de vacina, registro geral, e-mail, telefone de contato e local de trabalho do(s) responsável(is);

- Encaminhar para a Secretaria de Educação (Setor de Convênios), **entre os dias 22 e 24 de cada mês**, os seguintes documentos:

a) Cadastro das Crianças Atendidas pela CONTRATADA - Relatório de Atendimento por Período e Faixa Etária, extraído do sistema de gestão escolar da Secretaria de Educação, documento **SEI 0020920268**;

b) Diário de classe extraído do sistema de gestão escolar (ficha de frequência) da Secretaria de Educação. As fichas de frequência deverão ser preenchidas pela(s) professores(s) diariamente e acompanhadas das respectivas faltas e atestados médicos;

c) Atestados médicos;

d) Declaração de frequência, documento **SEI 0020773926**;

e) Ficha de matrícula assinada pelos pais/responsáveis (extraída do sistema de gestão escolar da Secretaria de Educação);

f) Declaração de Responsabilidade de Deferimento de Matrícula, documento **SEI 0020773920**, bem como a Ata, assinada pelos membros da Comissão que validou a matrícula;

g) Certificado de Regularidade do FGTS;

h) Certidão Negativa de Débito Municipal;

i) Certidão de Regularidade da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional- PGFN;

j) Certidão de Regularidade da Secretaria de Estado da Fazenda;

k) Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

l) Alvará Sanitário;

m) Quadro funcional;

n) Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social-GFIP;

o) Cardápio nutricional mensal e relatório mensal de atividades nutricionais desenvolvidas com as crianças, carimbado e assinado, pela nutricionista responsável técnica e em via original.

- Os documentos elencados na **alíneas "e" e "f"**, acima, somente serão encaminhados à Secretaria de Educação - Setor de Convênios, **no primeiro mês de frequência da criança** na CONTRATADA;

- Fornecer alimentação durante o horário de permanência em que a criança está sendo atendida, de acordo com a **Resolução nº 06/2020 – PNAE/FNDE**;

- O cardápio da alimentação escolar deve ser elaborado pela Nutricionista responsável Técnica da unidade de ensino, e deve conter as informações nutricionais de energia e macronutrientes, além da identificação e assinatura do(a) nutricionista;

- Manter na Unidade de ensino nutricionista responsável técnico com registro no Conselho Regional de Nutrição para assessorar as questões relativas à alimentação, para elaboração e acompanhamento do cardápio e para o desenvolvimento de projetos de educação alimentar e nutricional;

- Assumir integral responsabilidade pelas informações e da prestação dos serviços de atendimento de acordo com seu Projeto Político Pedagógico, eximindo o Município de quaisquer ônus ou reivindicações de eventuais danos causados a terceiros;

- Recomenda-se manter no quadro funcional, profissionais para atuar nas áreas de limpeza, administrativo, cozinha e nutrição;

- A ausência destes profissionais no quadro funcional da unidade de ensino, poderá ser suprida mediante a terceirização destes serviços, comprovada através de contrato de prestação de serviço com o profissional/pessoa jurídica;

- Caso a(s) instituição(ões) CONTRATADA(S) opte(m) por terceirizar a cozinha, a empresa Contratada para o preparo da alimentação deverá apresentar nutricionista técnico responsável cadastrada junto ao órgão fiscalizador e alvará sanitário, bem como deverá atuar de acordo com a **Resolução nº 216, de 15/10/2004 - Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação (RCD 216)**. A(s) empresa(s) terceirizada(s) para o preparo da alimentação estará(ão) sujeita(s) à visitas por parte da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato da CONTRATANTE;

- Deverá possuir no mínimo, um profissional com Atestado de Saúde Ocupacional – ASO válido, conforme **art. 30, § 1º da Lei Estadual nº. 14.660/2009 e Parecer ANAP nº. 12/2018**, para os manipuladores de alimentos no CEL, seja do quadro funcional ou não (caso terceirizado), exceto o profissional da área da limpeza. Deverá(ão) utilizar(em) uniforme compatível com a função (calça comprida, camiseta de manga, sapato antiderrapante e equipamento de proteção individual);

- Os profissionais da área de limpeza, terceirizados ou próprios, deverão cumprir no mínimo 40 horas semanais com atuação na unidade escolar.

- Manter em dia Alvará Sanitário, Alvará de Localização e CAT dos Bombeiros;

- Participar, quando solicitado e promovido pela Secretaria de Educação, dos cursos de capacitação continuada destinados aos profissionais da área de Educação;

- Permitir/Garantir o acesso dos órgãos competentes do Município/Secretaria de Educação à supervisão, acompanhamento e fiscalização do Termo de Contrato;

- Apresentar semestralmente à Secretaria de Educação, "Relatório das Atividades" executadas e mensurando o alcance dos objetivos;

- No caso de / para a prorrogação do Termo de Contrato a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) apresentar(em) os seguintes documentos:

a) Plano de Ação abordando a Proposta Pedagógica a ser desenvolvida no período de habilitação que deverá ser construída em cima do Plano Político Pedagógico, contemplando a Base Nacional Comum Curricular;

b) Cópia da Autorização de Funcionamento expedida pelo Conselho Municipal de Educação;

c) Cópia atualizada da Declaração de Regularidade junto ao Conselho Municipal de Educação;

d) Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Certidão Negativa de Débito Municipal;

f) Certidão de Regularidade da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional- PGFN;

g) Certidão de Regularidade da Secretaria de Estado da Fazenda;

h) Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

i) Cópia autenticada do Alvará Sanitário;

j) Alvará de localização;

k) Relação, atualizada, com nome e cópia autenticada do CPF/RG dos integrantes que irão compor a comissão de análise da documentação no ato da(s) matrícula(s).

- **É expressamente vedado, à(s) CONTRATADA(S) cobrar(em) da família beneficiada qualquer valor a título de alimentação, uniforme, material escolar, apostilas, higiene, limpeza, matrícula, mensalidade ou qualquer insumo ou serviço, pelos atendimentos subsidiados pelo Município, dentro do horário de permanência, por meio do Termo de Contrato;**

- **É vedado à(s) CONTRATADA(S) firmar(em) contrato(s) de prestação de serviços com os responsáveis pela criança beneficiada dentro do tempo de permanência;**

- No momento da contratação deverá ser apresentado pela(s) CONTRATADA(S) a relação com nome e cópia autenticada do CPF/RG dos integrantes que irão compor a comissão de análise da documentação no ato da matrícula;

- A instituição deverá comprovar mensalmente, enquanto o Termo de Contrato estiver vigente, a relação professor / criança de acordo com a **Resolução nº 910/2021/CME**, ou na legislação municipal que vier substituí-lo.

- Das sanções

No caso da presente contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, Edital e Termo de Contrato (ou documento equivalente).

- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- O Edital de Credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado para ingresso de novos interessados ou da publicação de sua suspensão/encerramento pela Secretaria de Educação;

- **O credenciamento não garante que a(s) CONTRATADA(S) irá(ão) receber matrículas/crianças, uma vez que a seleção/escolha pela instituição de ensino CONTRATADA (CEI) é feita EXCLUSIVAMENTE PELO RESPONSÁVEL LEGAL DA CRIANÇA** no sistema eletrônico de cadastro de pré-matrícula da Secretaria de Educação;

- As instituições de ensino que já possuem Termo de Contrato junto a CONTRATANTE e que se credenciarem novamente, **fica garantida a possibilidade de rematrícula para o(s) aluno(s) até então atendido(s)**, desde que tenha disponibilidade de vaga(s) para a progressão do(s) aluno(s) na etapa da Educação Infantil subsequente na sua unidade escolar e, cuja rematrícula seja efetivada pelo responsável legal da criança no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Educação;

- Será dado como prazo limite para credenciamento para as vagas de rematrículas as instituições de ensino que já possuem Termo de Contrato junto ao Município a data de **30 de outubro de 2024**, ano de encerramento dos Termos de Contrato, uma vez que, não havendo interesse da(s) instituição(ões) CONTRATADA(S) em continuar com o Termo de Contrato ou que não consiga(m) atender(em) aos pré-requisitos até esta data limite, será oportunizada às vagas até então disponibilizadas para a instituição para as demais instituições contratadas (vagas remanescentes);

- Finalizada a fase de rematrículas junto às instituições, as vagas remanescentes serão distribuídas seguindo os critérios abaixo:

- Havendo mais de uma instituição credenciada, a oferta das vagas remanescentes ou novas vagas (que possam ser ofertadas futuramente), serão de acordo:

a) De acordo com cada "região" de atendimento em que cada instituição se credenciar;

b) De acordo com a quantidade de vagas propostas pela instituição no credenciamento, por etapa e período, cuja capacidade técnica de atendimento fora validada pela Equipe de Seleção Técnica do Edital de Credenciamento, por meio da visita *in loco* e do preenchimento do "Relatório de Visita *in loco*", **SEI 0021418450**;

c) Quantidade de vagas disponibilizadas pela Secretaria de Educação a serem preenchidas;

d) A seleção/escolha da instituição será realizada EXCLUSIVAMENTE PELO RESPONSÁVEL LEGAL DA CRIANÇA no sistema eletrônico de cadastro de pré-matrícula da Secretaria de Educação;

d.1) Haverá a aplicação dos critérios do Edital de Escolha de Vagas para a Educação Infantil (a ser publicado) no intuito de classificação e encaminhamento das vagas.

- Poderão as instituições de ensino que participaram das rematrículas ofertar novas vagas (a qualquer momento), entretanto, de igual forma, estarão sujeitas as demais condições dispostas no Edital, tais como visita técnica, etc., relatório de visita técnica *in loco*, etc;

- Para as novas vagas, as instituições concorrerão às vagas junto às demais contratadas;

- A divulgação do nome da(s) CONTRATADA(S) no site da Prefeitura Municipal de Joinville, quando da publicação do quadro de vagas disponíveis para Educação Infantil, somente dar-se-á após emissão da Ordem de Serviço;

- A medida em que as instituições forem se credenciando, e houver vagas disponíveis na região e etapa de ensino conforme Quadro de Vagas por Região (**SEI 0020773757**), a Secretaria de Educação irá solicitar a emissão do Termo de Contrato seguindo a ordem da Lista de Credenciados, publicada no site da Prefeitura Municipal de Joinville;

- **Será a critério exclusivo da Secretaria de Educação a definição da periodicidade da rodagem de vagas e inclusão de novas vagas;**

- Só participarão as instituições de ensino contratadas até a publicação do quadro de vagas;

- Será dada a devida publicidade em seu tempo a respeito;

- **Para o encaminhamento da vaga/matrícula levar-se-á em consideração a "REGIÃO" DE ATENDIMENTO onde a(s) CONTRATADA(S) está(ão) instalada(s).**

- Demais critérios conforme já praticados pela Administração Pública municipal em Editais.

- A(s) PROPONENTE(S) deverá(ão) apresentar(em) os seguintes documentos junto ao invólucro da "Proposta Técnica":

a) Declaração de Endereço da região correspondente ao endereço de suas instalações, local onde ocorrerá o atendimento, documento **SEI 0020773886**;

b) Plano de Ação Pedagógico a ser realizado no exercício (Plano de Ação abordando a Proposta Pedagógica a ser desenvolvida no período de habilitação que deverá ser construída em cima do Plano Político Pedagógico, contemplando a Base Nacional Comum Curricular);

c) Regimento Interno;

d) Projeto Político Pedagógico;

e) Proposta Técnica, conforme modelo definido no Edital (**SEI 0020773809**), informando a quantidade de vagas por período/faixa etária, por ITEM e REGIÃO, conforme quadro de vagas disponibilizadas pelo Município (**SEI 0020773757**), devidamente assinado pelo representante legal da(s) CONTRATADA(S).

- Da visita Técnica

- Os itens constantes no Relatório de Visita Técnica *in loco*, documento **SEI 0021418450**, **terão caráter eliminatório**. Estes serão avaliados pela Equipe de Seleção Técnica que será composta por no mínimo dois servidores do quadro efetivo com formação na área de Pedagogia e um servidor do quadro efetivo com formação em nutrição;

- Aos interessados em participar do Edital de Credenciamento oriundo deste Termo de Referência estará automaticamente aderindo às regras deste, autorizando desde já a(s) visita(s) técnica(s) pela Equipe de Seleção Técnica no(s) local(is) onde será(ão) prestados os serviços;

- A visita técnica tomará como base para sua verificação e julgamento os critérios estabelecidos no Relatório de Visita Técnica *In Loco*, nos termos das **Resolução nº 910/2021/CME** e **Resolução nº 915/2021/CME**, suas alterações, e os **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para as instituições de Educação Infantil/Ministério da Educação/2006**, os **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil/Ministério da Educação/2006** e a **Portaria nº 321 de 26 de maio de 1988**;

- A Equipe de Seleção Técnica emitirá relatório da visita, informando o atendimento ou não dos critérios exigidos, registrando em ata a sua deliberação acerca da classificação do(s) interessado(s), informando os respectivos itens e regiões;

- Na visita técnica *in loco*, a CONTRATANTE computará o número de crianças que estão sendo atendidas no particular. A fim de não ultrapassar a capacidade técnica das salas de aulas, estes alunos serão descontados da capacidade técnica de atendimento proposto pela(s) CONTRATADA(S). Oportunidade em que será solicitado anuência do representante legal da(s) CONTRATADA;

- Não havendo a anuência do representante legal da(s) CONTRATADA(S), esta será desclassificada.

- Do Descredenciamento

- Fica assegurado à CONTRATANTE descredenciar a CONTRATADA em caso de inexecução total ou parcial das condições previstas neste documento, bem como se constatados os motivos a seguir relacionados, garantida em todos os casos a ampla defesa e contraditório:

a) A cobrança ou recebimento de qualquer valor de terceiros; cobrar(em) da família beneficiada qualquer valor a título de alimentação, uniforme, material escolar, apostilas, higiene, limpeza, matrícula, mensalidade ou

qualquer insumo ou serviço, pelos atendimentos subsidiados pelo Município, dentro do horário de permanência, por meio do Termo de Contrato;

b) O não atendimento da criança encaminhados sem justificativa ou com justificativa não aceita pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização;

c) O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo de Referência, bem como na legislação aplicável ao objeto;

d) Atentar contra os princípios da Administração Pública;

e) A CONTRATADA poderá requerer seu descredenciamento, por meio de declaração apresentada à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, com antecedência mínima de **60 (sessenta) dias corridos**, sem prejuízo da prestação do serviço até o término do prazo;

f) A CONTRATANTE poderá revogar o credenciamento quando assim exigir o interesse público, mediante decisão fundamentada, sem que reste qualquer direito de indenização em favor do(s) CREDENCIADO(S), mas garantindo-se o pagamento dos serviços prestados até a data da revogação.

- Para a presente contratação, considerando os princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, define-se que o valor estimado da contratação possuirá caráter sigiloso na fase preparatória, principalmente com vistas a garantia a lisura da pesquisa de mercado, bem como a futura competitividade do certame licitatório, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar, desta forma, não encontra-se expresso no presente documento. Entretanto, este será tornado público expressamente quando da publicação do Edital ou documento equivalente;

- Quanto aos parâmetro(s) para o cálculo do valor estimado da contratação, que estarão de acordo com o previstos no art. 23 da **Lei nº 14.133/2021** e art. 50 da **Instrução Normativa nº 04/2022** da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo que a estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos farão parte (em documento próprio) do processo do processo de Requisição de Compras.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foram obtidas de modo geral, considerando-se:

- a) Demanda reprimida de vagas (fila de espera) na Educação Infantil na rede municipal de ensino;
- b) Modalidades de ensino (berçário, maternal, etc);
- c) Se atendimento integral ou parcial;
- d) Distribuição geográfica das vagas (conforme demanda);
- e) Considerar projeções demográficas e tendências populacionais para prever alterações na demanda por vagas na educação infantil a médio e longo prazo. Plano estratégico que leve em conta o crescimento futuro da região, mudanças demográficas e outras variáveis relevantes para garantir a sustentabilidade a longo prazo;
- f) Vagas já tida em parceria junto a instituições filantrópicas;
- g) Disponibilidade de infraestrutura atual e futura da Secretaria de Educação, bem como a existente na região, considerando a capacidade das instalações educacionais disponíveis e a necessidade de expansão para atender à demanda;
- h) Atuais contratos;
- i) Últimas contratações neste sentido realizadas;
- j) Disponibilidade orçamentária para a presente contratação;

4.2 - Sendo assim definido preliminarmente:

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Código e Publica/Denominação	Descritivo
1	13	und	31890 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de quatro meses à um ano (Berçário I)
2	1.730	und	16274 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de um ano à dois anos (Berçário II)
3	1.734	und	16275 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de dois anos à três anos (Maternal I)
4	1.740	und	16276 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de três anos a quatro anos (Maternal II)
5	334	und	16277 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de quatro anos à cinco anos (1º Período)
6	287	und	16278 - Atendimento a Crianças - Período Parcial	Faixa Etária de cinco anos à seis anos (2º Período)
7	04	und	31891 - Atendimento a Crianças - Período Integral	Faixa Etária de quatro meses à um ano (Berçário I)
8	502	und	16280 - Atendimento a Crianças - Período Integral	Faixa Etária de um ano à dois anos (Berçário II)
9	900	und	16281 - Atendimento a Crianças - Período Integral	Faixa Etária de dois anos à três anos (Maternal I)
10	1.216	und	16282 - Atendimento a Crianças - Período Integral	Faixa Etária de três anos a quatro anos (Maternal II)

4.3 - Documentação suporte

Como referência e suporte para a presente contratação temos contratações anteriores, **SEI 22.0.044228-3**.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Cumprir registrar de início que, no atual contexto a demanda de vagas na Educação Infantil é muito grande e que, as soluções de mercado, não há apenas uma que consiga atender a todo esse volume. Desta forma, têm-se que, as soluções são complementares uma a outra, visando atingir ao objetivo maior que é o acesso à Educação.

Há diversas alternativas que podem ser exploradas para atender à demanda por vagas na educação infantil. A abordagem escolhida dependerá das necessidades específicas da comunidade, do contexto financeiro e dos recursos disponíveis.

a) Expansão (ampliação) da infraestrutura das escolas existentes

Investir na expansão física das escolas (mais salas de aulas e demais espaços) existentes para atender um maior número de crianças é uma alternativa, que hoje já é feita pela Secretaria de Educação. Entretanto, considerando a necessidade de elaboração de projetos e processos licitatórios, bem como posteriormente a construção em si, torna-se algo moroso e sem certa previsibilidade de entrega. Nesse meio tempo a demanda continua reprimida, aumentando, sem solução. Esta é mais uma solução a médio/longo prazo. Com relação a custos, dependendo da magnitude pode representar um alto custo. Além de que, futuramente gerará custos à Administração Pública com relação a manutenções e contratação de pessoal.

b) Construção de novas escolas

Similar a alternativa anterior. Planejar e construir escolas em áreas estratégicas para atender a demanda crescente. Outra alternativa que já é realizada pela Secretaria de Educação. Entretanto, considerando a necessidade de aquisição de terrenos, elaboração de projetos e processos licitatórios, bem como posteriormente a construção em si, torna-se algo moroso e sem certa previsibilidade de entrega. Nesse meio tempo a demanda continua reprimida, aumentando, sem solução. Esta é mais uma solução a médio/longo prazo. Com relação a custos, dependendo da magnitude pode representar um alto custo. Futuramente gerará custos à administração com relação a manutenções e contratação de pessoal.

c) Aquisições de imóveis com adaptação para atendimento da demanda

Uma outra alternativa poderia ser a aquisição de imóveis (diversos), já prontos e adaptá-los para o atendimento as crianças. Ocorre que, além dos custos da aquisição neste caso, e todo o trâmite burocrático, toda a estrutura deve passar por adaptações para que seja possível o uso junto as crianças dentro dos parâmetros legais. Além de demandar um longo período de tempo, um alto custo, muitas vezes por causa da necessidade de adaptações há o caso de que ainda as instalações não fiquem plenamente adequadas as crianças e as normas pertinentes. Fora o fato de que, por ser muitas vezes um imóvel já construído a anos, pode demandar mais manutenções ao longo do tempo. Não se demonstrando assim, ser uma solução segura e vantajosa a longa prazo.

d) Parcerias público-privadas

Explorar parcerias com o setor privado para construção e gestão de escolas, pode envolver acordos de longo prazo. Entretanto, considerando o comprometimento de parcela considerando do orçamento, pode inviabilizar outros projetos.

No caso delega-se a iniciativa privada a responsabilidade pela construção, manutenção e, em alguns casos, operação de escolas.

Comum neste caso que o setor privado assume o financiamento inicial para a construção das escolas, muitas vezes em troca de pagamentos periódicos do setor público ao longo do período do contrato.

Ocorre que, nestes casos poderá haver custos potencialmente elevados dependendo das condições do Contrato, os custos associados à construção e manutenção da escola por meio de uma parceria público-privada podem ser mais elevados a longo prazo do que se a escola fosse construída e mantida exclusivamente pelo setor público.

Gera também uma dependência contínua do setor privado para operar e manter a escola pode criar uma situação em que a entidade pública se torna excessivamente dependente de um parceiro privado, o que pode limitar a flexibilidade e autonomia da gestão educacional.

Outra questão é o risco de qualidade e padrões inconsistentes: A variação na qualidade das escolas construídas e operadas por entidades privadas pode resultar em disparidades no padrão educacional oferecido, o que pode afetar a equidade no acesso à Educação.

e) Ampliação de vagas em parceria com Organizações Sociais

Esta é uma outra alternativa ao atendimento da demanda de vagas na Educação Infantil que está sendo estudada a ser realizada em breve na esfera municipal. Delegar a gestão plena (ou parcial) (inclui atividades como contratação de pessoal, compra de materiais, administração geral da unidade) de uma (ou mais) escola(s) a uma organização sem fins lucrativos pode ser uma alternativa para reduzir custos e aumentar o número de vagas disponíveis. Entretanto, deve-se tomar cuidado com p. ex. No caso da OS enfrentar dificuldades financeiras ou administrativas e decretar falência, prejudicando a continuidade do projeto, gerando falta de continuidade da estabilidade da instituição e aprendizagem. Entretanto, esta hoje é uma alternativa nova a nível municipal, que encontra-se em estudos e não há grande disponibilidade financeira para este fim.

f) Parcerias com instituições filantrópicas

Realizar parcerias junto a instituições filantrópicas para ofertarem vagas na Educação Infantil também é uma alternativa de atender a demanda de vagas. No caso, já há parcerias neste sentido firmadas pela Secretaria de Educação, entretanto, não há mais instituições interessadas ou vagas disponíveis nas que há

parceria atualmente para aumentar a oferta de vagas na Educação Infantil para a Secretaria de Educação. Não conseguindo assim, atender de forma plena a demanda de vagas.

g) Ampliação da oferta em horários não convencionais

Ofertar mais vagas em período parcial pode ampliar a quantidade de vagas, mas pode não atender a necessidade de todas as famílias que p. ex. que trabalham em tempo integral. Além de ir contra as normativas que focam justamente na ampliação do atendimento (integral).

A criação de um turno intermediário poderia auxiliar, entretanto, não se demonstra vantajoso considerando a faixa etária das crianças a serem atendidas. Sem contar o fato da necessidade de mais profissionais para o atendimento. Fora que pode prejudicar a logística das turmas, considerando o curto intervalo entre os turnos.

h) Reformulação de espaços públicos já existentes ou ociosos

Revisar e adaptar espaços públicos existentes, como centros comunitários, para servirem como locais temporários de aprendizagem para atender à demanda, especialmente em áreas onde a construção de novas escolas pode ser desafiadora.

Identificar e revitalizar instalações públicas ou privadas ociosas, como prédios abandonados, que possam ser transformados em escolas, economizando recursos financeiros e aproveitando infraestrutura existente. Podem ser alternativas, entretanto, considerando os custos para adaptação, bem pelo fato de simplesmente serem provisórios, por si só já não se demonstrar vantajosos. Isto sem contar o fato de que, se desconhece hoje a nível municipal imóveis que poderiam servir para esta finalidade, bem como desocupados.

i) Programas de bolsas e subsídios

Desenvolver programas de bolsas e subsídios para famílias de baixa renda, garantindo que todas as crianças tenham acesso à Educação Infantil, independentemente de suas condições financeiras poderia ser uma alternativa, entretanto, não, considerando seus eventuais custos e desinteresse de mercado poderia não atender de forma plena os objetivos propostos. A eventual dificuldade de controle de frequência bem como plano pedagógico poderia ser um empecilho a viabilidade plena desta solução.

j) "Compra" de vagas junto à instituições privadas

Uma outra solução seria contratar vagas junto as instituições privadas de Educação Infantil no Município para ampliar a oferta de vagas.

Considerando o grande número de instituições no Município, com vagas disponíveis, espalhadas pelo Município pode ser uma alternativa interessante a atender a demanda de vagas, inclusive de forma mais rápida pelo fato das escolas já possuírem a estrutura e pessoal capacitado para o atendimento. Agilizando assim o atendimento da demanda.

Com relação a valores, considerando a realização de pesquisa de mercado, estes seriam compatíveis ao praticado. Não gerando assim custos excedentes a Administração Pública.

No mais, esta contratação fomentará o mercado, gerando maior possibilidade de crescimento junto as instituições de ensino, podendo inclusive gerar um maior número de vagas para o atendimento da Administração Pública.

Esta modelagem hoje já é realizada pela Secretaria de Educação.

Por fim, diga-se de passagem aqui que, não há solução plena neste momento suficiente para atender completamente a demanda, entretanto, a Secretaria busca avançar em várias frentes visando garantir o acesso à Educação aos alunos da Educação Infantil.

k) Compra unificadas e compras compartilhadas em consórcios

Quanto as compras unificadas internas do Município, esta poderia ser uma solução. Entretanto, não há de momento grupo de compras para este objeto, mesmo porque, por ser muito específico estando assim prejudicada esta solução.

Quanto as compras compartilhadas, considerando que o Município de Joinville optou em participar de licitações compartilhadas junto aos Consórcio CIM-CATARINA e CIM-AMUNESC, esta também poderia ser uma alternativa. Entretanto, ressalte-se que, esta é um prerrogativa, não uma obrigação.

Há como vantagens a participação, o aumento da economia de escala potencializada pela contratação de aquisição de bens ou contratação de serviços em um único processo licitatório acompanhado dos custos operacionais, ganho em escala, padronização, entre outros.

Todavia, há um outro lado, outras questões a serem abordadas, como p. ex.:

- Complexidade na gestão: A participação em um consórcio exige uma gestão eficiente e coordenada entre os membros participantes. Isso pode apresentar desafios adicionais, pois envolve a coordenação de interesses, tomada de decisões conjuntas e resolução de conflitos. A falta de uma gestão adequada pode levar a atrasos e problemas operacionais.
- Dependência de outros membros: Os resultados das licitações podem depender do desempenho e da contribuição de outros membros do consórcio. Se um ou mais membros

não cumprirem suas responsabilidades adequadamente, isso pode afetar negativamente a eficácia e a eficiência das licitações.

- Menor flexibilidade: Participar de um consórcio pode exigir que os órgãos públicos sigam determinadas regras e regulamentos estabelecidos pelo consórcio. Isso pode resultar em uma menor flexibilidade na condução das licitações, impedindo que os órgãos públicos adotem abordagens mais personalizadas ou específicas para suas necessidades individuais.
- Possíveis conflitos de interesse: Dependendo da composição do consórcio, pode haver conflitos de interesse entre os membros. Isso pode surgir quando os membros têm interesses concorrentes ou diferentes prioridades. Tais conflitos podem prejudicar a objetividade e a imparcialidade das licitações.
- Complexidade na gestão de contratos: A administração e a gestão de contratos podem se tornar mais complexas em um consórcio, especialmente quando há a participação de vários membros. Coordenar as obrigações contratuais, as responsabilidades e as expectativas de todos os membros requer uma gestão eficiente e uma comunicação clara.
- Restrições de autonomia: Participar de um consórcio pode implicar em restrições à autonomia dos órgãos públicos. Isso ocorre porque as decisões sobre as licitações podem precisar ser tomadas de forma conjunta, considerando os interesses e necessidades de todos os membros. Isso pode limitar a flexibilidade e a independência dos órgãos públicos.
- Riscos compartilhados: Ao aderir a um consórcio, as entidades participantes compartilham os riscos associados aos projetos licitados. Isso significa que, se um dos membros do consórcio enfrentar problemas financeiros, técnicos ou legais, todos os outros membros também serão afetados. É importante realizar uma análise cuidadosa dos riscos envolvidos e estabelecer mecanismos adequados para mitigá-los.
- Dependência dos membros: Os consórcios dependem da participação ativa e comprometimento dos membros para alcançar seus objetivos. Se um ou mais membros não cumprirem suas obrigações ou retirar-se do consórcio, isso pode afetar negativamente a continuidade e efetividade das licitações em andamento. Portanto, é essencial selecionar cuidadosamente os membros e estabelecer acordos claros sobre as responsabilidades e obrigações de cada um.
- Possíveis atrasos: Devido à natureza colaborativa dos consórcios, pode haver atrasos no processo de tomada de decisão. A necessidade de consulta e consenso entre os membros pode prolongar o tempo necessário para finalizar as etapas do processo licitatório. Isso pode ser problemático em situações em que é exigida uma resposta rápida ou quando há prazos rígidos.

Cabe destacar neste sentido que, o gestor público dispõe de competência discricionária para escolher entre promover a licitação ou aderir a um registro de preços já existente. [Adesão à ARP: "Pegar carona" é recomendável ou reprovável? Acesso em: 10/04/2024. Disponível em: https://cgov.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Adesao-a-ARP_-Pegar-carona-e-recomendavel-ou-reprovavel.pdf]

Dito isto, por oportuno ressaltar e frisar que, deve-se analisar se a municipalidade possui capacidade tanto de pessoal como técnica para realizar a contratação do objeto em questão. O que no nosso caso é possível, sem quaisquer prejuízos.

Há de se observar ainda, que, visado não prejudicar os demais consorciados se o interesse fora antecipado ao Consórcio quando da construção do processo licitatório.

Considerando o lapso de tempo, sendo um dos principais fatores a serem observados quanto as contratações públicas, a análise da vantajosidade à adesão a contratações compartilhadas junto aos Consórcios, sendo estas uma solução efetivamente válida ao atendimento à necessidade pública, esta análise seria válida junto a Atas de Registro de Preços ou Contratos já vigentes, pois processos ainda em tramitação estaria concorrendo em pé de igualdade a elaboração de processo licitatórios internos ao Município (ou não, pois a municipalidade pode agilizar a construção conforme sua necessidade e por ser gestora do processo como um todo, tomando-o assim mais célere em comparação a licitação compartilhada), pois da mesma forma gera incertezas de quando do efetivo atendimento da demanda, de valores (homologados) e inclusive de prazos de sua disponibilidade, não se demonstrando assim vantajosidade ao Município. Sem contar o fato de que, ante a, até então, ausência de facilidade de acesso a essas informações antecipadamente, prejudica a análise do gestor público. E o interesse público não pode esperar.

Outro ponto a ser abordado é a questão de que, em consulta as Atas de Registro e Preços, Contratos disponíveis e vigentes não se vislumbrou contratações com o objeto da presente contratação, sequer similar, o que assim resta prejudicada de determinada forma a adesão.

No caso, ainda relevante registrar e se observar o Princípio Constitucional da Autonomia Municipal, previsto na Constituição Federal. A Constituição Federal, em seu art. 30, confere aos municípios autonomia para legislar e administrar seus assuntos locais. Essa autonomia implica na capacidade de os municípios decidirem sobre suas contratações de acordo com suas particularidades e necessidades. A adesão irrestrita a Atas de Registro de Preços de um Consórcio poderia limitar essa autonomia, tornando o município dependente de decisões centralizadas que podem não atender adequadamente à realidade local.

Aliás, a Administração Pública deve acima de tudo buscar a eficiência em suas contratações. Ao analisar a adesão a uma Ata de Registro de Preços de um Consórcio, é necessário avaliar vários fatores que não somente preços, bem como se as condições propostas para contratação são realmente vantajosas para o Município. Assim, considerando a Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, o previsto em seu art. 23, § 1º, as contratações agora, não se resumem ao "menor preço", mas ao "melhor preço", ou seja, a análise não se fundamenta apenas na economicidade da contratação, mas há um conjunto de outros fatores (prazos, especificações técnicas, exigências documental, dentre outros).

Inclusive pode-se vislumbrar que há (fora dos Consórcios) mercados mais competitivos ou condições mais favoráveis, o que justificaria a não adesão à ata dos Consórcios.

Outro ponto que merece ser anotado é que, a adesão aos Consórcios, traz ao Município, inclusive, custos adicionais (contrato de rateio, dentre outras despesas administrativas).

Merece destaque também que, em que pese haver, aparentemente, o cumprimento dos ditames legais por parte dos Consórcios, estes não atendem em sua plenitude ou na maioria das vezes as exigências das contratações aqui do Município, seja desde o procedimento de estruturação, construção do processos de compras, bem como da parte licitatória (e Edital), o que poderia gerar eventuais inseguranças jurídicas. Assim a não adesão a uma Ata de Registro de Preços de um Consórcio pode ser justificada pelo objetivo de garantir a qualidade e a integridade dos produtos e serviços contratados pelo Município. Por vezes, ainda as contratações através dos Consórcios podem englobar uma ampla gama de fornecedores e produtos, nem sempre passando por rigorosos processos de seleção e avaliação conforme é realizado aqui no Município. Assim, ao realizar contratações independentes, o Município pode estabelecer critérios mais rigorosos de seleção, buscando garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados, bem como a idoneidade das empresas envolvidas.

Em que pese termos a figura do Consórcio ser algo "maior" que o Município, que poderia angariar maiores vantagens (principalmente financeira, muito devido as quantidades a contratar) ainda não se vislumbra dessa forma, no qual os procedimentos de contratação merecem um melhor amadurecimento. Justifica-se assim, a não adesão uma vez que ainda se identifica fragilidades, riscos significativos associados a essas contratações. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias (em tempo) ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Desta forma, ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Há que se notar ainda a questão de inflexibilizar a gestão do Município quanto a gerir suas contratações, pois estas seriam deixariam de estar no controle da municipalidade, podendo haver prejuízos, principalmente quanto ao atendimento em tempo das demandas, que muitas vezes são imprevisíveis e surgem ao longo do ano. Assim, a não adesão à Ata de Registro de Preços de um Consórcio permite que o Município tenha mais flexibilidade na gestão de suas contratações. A adesão a uma ata de um consórcio implica em estar vinculado aos fornecedores e condições preestabelecidas no momento da Ata, o que pode limitar a capacidade do município de responder a mudanças e adaptações necessárias ao longo do tempo.

Cabe destacar ainda que, cada Município tem necessidades específicas em termos de especificações técnicas (dos produtos e serviços) que deseja adquirir que na maioria das vezes não é compatível com os demais. Se a Ata de Registro de Preços do Consórcio ou Termos de Contrato não contemplar todas essas especificações técnicas específicas, o Município pode justificar sua não adesão com base na necessidade de atender a requisitos técnicos particulares.

Por sua vez a não adesão à Ata de Registro de Preços e Termos de Contrato pode ser justificada com base na necessidade de garantir a transparência e o controle do processo de contratação pública. Ao realizar contratações independentes, o Município tem maior controle sobre o processo (como um todo, desde seu início até sua conclusão), podendo adotar medidas adicionais para assegurar a lisura e a transparência em todas as etapas. Isso inclui a elaboração de editais de licitação, a realização de julgamentos transparentes e a publicidade adequada dos resultados, fortalecendo a credibilidade e a confiança na Administração Municipal.

Inclusive a não adesão à Ata de Registro de Preços e Termos de Contrato pode ser justificada quando o Município identifica riscos significativos associados à adesão. Isso pode incluir riscos relacionados à qualidade dos produtos ou serviços, capacidade dos fornecedores em atender às demandas necessárias ou até mesmo riscos de imprevistos contratuais. Ao realizar contratações independentes, o Município pode adotar outras medidas de mitigação de riscos mais adequadas à sua realidade e necessidades, protegendo seus interesses e evitando problemas futuros.

Ao não aderir a uma ata de registro de preços de um consórcio, o Município pode promover a concorrência entre fornecedores, principalmente dos locais. Isso pode estimular a economia local, fomentando o desenvolvimento de empresas e empreendedores locais, além de possibilitar a contratação de produtos e serviços com características específicas da região, o que pode contribuir para a identidade e o crescimento econômico do Município. Outro ponto é que estes (Consórcios) podem limitar a concorrência e reduzir a possibilidade de obter preços mais competitivos, principalmente junto ao mercado local. Isso pode limitar a capacidade do Município de buscar soluções mais eficientes e adequadas para suas demandas específicas, especialmente considerando as particularidades socioeconômicas, culturais e geográficas de cada localidade. Aliás, a centralização de compras no consórcio inviabiliza o estímulo à livre concorrência e à economia regional.

Aliás, a não adesão à Atas de Registro de Preços ou Termos de Contrato dos Consórcios permite que o Município busque soluções mais adequadas e personalizadas, considerando suas particularidades e visando a prestação de serviços de maior qualidade aos cidadãos.

Há ainda junto as documentações dos Consórcios, em que não há obrigatoriedade de sua participação, conforme Termo de Uso de Licitações Partilhadas do CINCATARINA - TU139/01:

[...]

1. ENTE DA FEDERAÇÃO CONSORCIADO

[...] poderão participar do Projeto de Licitações Compartilhadas do CINCATARINA. (grifo nosso)

Por sua vez o Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA (Segunda Alteração e Consolidação):

Art. 3º - Para o cumprimento de seus objetivos e finalidades o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, entre outros, poderá:

[...]

XIII – Realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados, podendo entre outros:

a) Realizar licitações compartilhadas em favor dos entes consorciados, acompanhar a execução, bem como proceder à aquisição, administração ou gestão compartilhada de bens e serviços de interesse dos entes consorciados, inclusive para a execução de ações ou programas Federais e Estaduais transferidos ou conveniados com os entes da federação;

No caso do Protocolo de Intenções do CIM-AMUNESC:

Cláusula 14 [...]

Parágrafo único: Para a consecução da gestão associada, os Municípios podem delegar ao Consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento de seus objetivos, objeto e finalidades do Consórcio. (grifo nosso)

Ou seja, em ambos, não se constata a obrigatoriedade de adesão as contratações dos consórcios ou que estes tenham que realizar as contratações pelos municípios.

Em regra o Município faz parte, porém, isso não gera a obrigação de participar das licitações ou de aderir as suas Atas de Registro de Preços.

Da mesma forma, ambos os instrumentos de adesão respeitam a autonomia do entes federativos consorciados em seu bojo.

Diante do exposto, cumpre registrar que, a participação à adesão a contratações através dos Consórcios perpassa pela análise de oportunidade e conveniência do gestor público. Principalmente quanto da oportunidade em condições principalmente em que o Município se veja desabastecido (ou em necessidade urgente e que já haja Ata ou Termo de Contrato vigente) ou que não tenha condições por si só de realizar suas contratações. O que não é o caso da presente contratação.

1) Contratação contínua ou não

Considerando o objeto da contratação ("contratação de vagas em unidade escolar), amolda-se mais a uma contratação contínua, visando oportunizar as famílias a continuidade de atendimento na unidade dentro da faixa etária, buscando minimizar impactos de adaptação e aprendizagem nas crianças com a troca frequente de instituição, bem como pelo fato de garantir melhores condições financeiras à Administração Pública pela continuidade, sem contar o fato de facilitar a gestão dos contratos.

Conclusão - MELHOR SOLUÇÃO: Diante das opções de mercado apresentadas, comparando-se as soluções encontradas no mercado, de forma objetiva, a mais vantajosa para a Administração Pública sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência é **contratação, através de credenciamento, de forma contínua, de vagas na Educação Infantil junto às instituições particulares para atender a demanda de vagas na Educação Infantil no Município de Joinville/SC.**

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de **R\$ 6.500.000,00;**

6.2.1 - O valor estimado foi baseado na última contratação neste sentido, processo **SEI 22.0.044228-3;**

6.3 - Quanto ao sigilo do valor estimado da contratação e dos parâmetros utilizados para calcular o valor estimado da contratação no Termo de Referência

De início, por oportuno destacar que, o "sigilo" quanto ao valor estimado, bem como quanto as parâmetros utilizado para a formação do valor, frise-se que é apenas quando de sua fase preparatória, considerando que, entre os parâmetros permitidos para composição do valor estimado da contratação há a "pesquisa direta com fornecedores", que poderão serem influenciados com qualquer tipo de indicação de valor preliminar previsto à contratação, podendo prejudicar a lisura de pesquisa de mercado do processo.

Assim, o custo estimado da contratação não deverá ser divulgado (constar com "sigilo") em Termo de Referência durante a fase preparatória (interna) da contratação, com vistas à garantia da lisura da

pesquisa de mercado (conforme supra já informado), vez que, em sendo realizada a pesquisa de preços com fornecedores, a indicação do valor máximo que a Administração estima que será a contratação, poderá haver influência indireta nos valores propostos. O valor estimado será tomado público apenas quando da fase externa do procedimento, o qual constará no Edital de Credenciamento ou documento equivalente. Aliás, tal condição não se confunde com o disposto no art. 18, §1º inciso VI da Lei nº 14.133/2021, vez que o sigilo não será para fins de propostas e lances em licitação, e sim, para fins de pesquisa de preços na fase preparatória. Na fase externa, haverá a divulgação do valor estimado em Edital.

Neste sentido, segundo o Ronny Charles L. Torres "quando uma das partes disponibiliza essa informação (sobre o preço máximo que admite pagar ou o preço mínimo que admite vender) à parte contrária, esta última passa a deter certa vantagem no processo de negociação." (**Orçamento sigiloso e a potencial vantagem econômica na Contratação Pública**. Disponível em: <https://ronnycharles.com.br/orcamento-sigiloso-e-a-potencial-vantagem-economica-na-contratacao-publica/>. Acesso em: 03. jul. 2023).

Sobre o tema, o mesmo doutrinador prossegue:

Assim, em uma licitação para a contratação de determinado serviço, quando a Administração informa previamente o preço máximo que aceita pagar, ela cria um incentivo econômico para que o fornecedor utilize este valor como referência de proposta, mesmo que seu preço real seja inferior. Este comportamento é muito comum, notadamente quando se adota o procedimento de lances, sem desclassificação das propostas com valores mais elevados, característico do pregão eletrônico. A possibilidade de reduzir, ou não, sua proposta através de lances sucessivos, de acordo com o nível de competitividade do certame e a necessidade, garante um incentivo à maximização dos preços, no momento da apresentação das propostas, sem risco de desclassificação.

Noutro diapasão, sem a baliza do preço máximo estimado, as propostas podem representar, com maior fidedignidade, o preço que o mercado oferece para tal pretensão contratual. Assim, com o orçamento sigiloso, sem a referência máxima informada pela Administração, os licitantes tenderiam a apresentar propostas de acordo com suas próprias estimativas, deixando de usar a referência maior para maximizar seus lucros. [...]

Em uma licitação pública, na qual existe sigilo do orçamento estimado para a contratação, dependendo da modelagem do certame, a racionalidade econômica do fornecedor é oferecer o preço mais baixo e as melhores condições, para vencer a licitação, pois não há referência de valor disponível de dispêndio. Noutro prumo, quando a estimativa de custos é publicizada e a Administração indica o máximo que está disposta a pagar, a racionalidade econômica do fornecedor pode se alterar. [...]

Ademais, esse ônus para que os licitantes estimem seus custos para apresentar suas propostas, antes da licitação, pode ser um fator importante para que licitantes deixem de apresentar propostas com preços inexecutableis, evitando posteriores frustrações contratuais, tão prejudiciais à Administração Pública.

Ainda, segundo Renila Lacerda Bragagnoli, "o instituto do orçamento sigiloso tem, via de regra, a função de mitigar a assimetria de informações entre o mercado privado e a Administração Pública, sendo também uma forma de combater os cartéis e os conluíus entre as licitantes." (Orçamento sigiloso: quando utilizar e quando não utilizar? Disponível em: <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/17455>. Acesso em 03 jul. 2023). *Dentre as vantagens do orçamento sigiloso, é referido pela doutrina que, com ele, busca-se equiparar a chamada "assimetria de informações", ou seja, o órgão não sabe o preço mínimo do fornecedor e ele também não sabe o preço máximo. Isso pode gerar vantagem econômica na contratação de modo que o preço máximo estimado pelo órgão não sirva como um parâmetro para que os licitantes ofertem as suas propostas aplicando apenas um percentual de redução de valores, muitas vezes, sem trabalho técnico e responsável e sem analisar detidamente todos os elementos do Edital.*

Uma grande vantagem é que, quando da adoção do orçamento sigiloso, as empresas consultadas deverão apresentar sua proposta com base em suas próprias estimativas de custos, deixando de usar a referência de preços que a Administração disponibilizou. Força-se, assim, que as empresas consultadas a fornecer orçamento tenham uma área profissional de orçamentação/custos, capaz de formar o preço de mercado da empresa para aquela realidade de contratação. É o que estimula inclusive os futuros proponentes.

Sua utilização é lastreada no interesse público de se alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa.

No mais, as licitações com base na Lei nº 8.666/93 não terem essa previsão quanto a divulgação preliminar do valor estimado da contratação, não se constatou prejuízos às contratações realizadas por esta Secretaria até então.

Outro ponto a ser exposto é que, conforme já assentado pelo TCU (Acórdão 3011/2012 – Plenário), a adoção do orçamento sigiloso é medida discricionária, devendo o gestor adotar quando entender que essa restrição implicará na obtenção da proposta mais vantajosa, sendo de igual maneira discricionária.

É, portanto, recomendável sua utilização quando embasada no interesse público de se alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa.

Como desvantagens de se manter público o valor estimado da contratação (bem como dos parâmetros que foram utilizados para sua composição):

- Limitação da concorrência: a divulgação do valor estimado da contratação pode limitar a concorrência, uma vez que os fornecedores podem ajustar seus preços de acordo com o valor divulgado, em vez de oferecerem preços mais competitivos;
- Risco de sobrepreço: a divulgação do valor estimado da contratação pode levar a um risco de sobrepreço, uma vez que os fornecedores podem ajustar seus preços de acordo com o valor divulgado, em vez de oferecerem preços mais justos em relação ao mercado;
- Dificuldade de ajuste do valor: a divulgação do valor estimado da contratação pode limitar a capacidade da administração pública de ajustar o valor ao longo do tempo, caso haja mudanças nas condições do mercado ou nas necessidades da administração pública;
- Risco de desequilíbrio econômico-financeiro: a divulgação do valor estimado da contratação pode levar a um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que o preço é fixado previamente e não há garantia de que o fornecedor será capaz de cumprir com suas obrigações ao longo do tempo.

No Direito Europeu, tal como construído pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, considera-se que o excesso de transparência pode acarretar prejuízos para a licitude da licitação (SANCHEZ-GRAELLS, Albert. The difficult balance between transparency and competition in public procurement: some recent trends in the case law of the European Courts and a look at the new directives University of Leicester School of Law Research Paper No. 13-11. 2013. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2353005>. Access in: 11 Mar. 2017.p. 13), o que torna extremamente frágil o dito potencial da divulgação preliminar do valor estimado da contratação. Assim, demonstra-se que os riscos associados à manutenção do sigilo mostram-se menos prejudiciais ao Poder Público.

De acordo com o Acórdão do TCU nº 2080/2012 - Plenário, o Ministro José Jorge afirmou que é firme o entendimento do TCU de que a administração não está obrigada a anexar ao edital o orçamento de referência da licitação e de que seria necessário apenas constar o documento do respectivo procedimento administrativo, conforme interpretação da Lei nº 10.520/2002. Nessa mesma decisão, afirma José Jorge que, embora a ampla publicidade seja imperativa na administração Pública, no caso tratado, de diferimento da publicação das informações do orçamento estimativo, o acesso ao orçamento colidiria com outros princípios não menos importantes, como o da busca da proposta mais vantajosa para a administração e, conseqüentemente, a reserva do seu conteúdo não viola o princípio da publicidade, nem mesmo o seu propósito de assegurar o controle pela sociedade da legalidade e da legitimidade dos atos administrativos. No relatório da decisão ora comentada traz uma justificativa pela qual, nesse caso, o acesso ao orçamento colidiria com a busca pela proposta mais vantajosa. Trata-se de verificação empírica da eficiência da utilização do sigilo dos orçamentos. Conforme informações apresentadas pelo FNDE, em síntese de resultados de licitações realizadas por meio de pregão com sistema de registro de preços, a não divulgação do orçamento estimado na fase interna (ou melhor, sua postergação) acabou por gerar descontos significativos em relação ao valor estimado. (A contribuição do orçamento sigiloso para a eficiência das licitações e contratações públicas: uma análise a partir das decisões do TCU. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2248/981>. Acesso em: 3 jul. 2023)

De forma semelhante é a justificativa quanto a informar no Termo de Referência "qual ou quais dos parâmetros elencados no art. 23 da Lei 14.133/21 foi ou foram utilizados para calcular o valor estimado da contratação", uma vez que, os valores estimados para a aquisição ou serviços (conforme o caso), bem como suas memórias de cálculo estarão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços. A disposição contida no art. 6º, inc. XXIII, "I", da Lei nº 14.133/2021, fará parte do processo de Requisição de Compras, junto ao documento "Orçamentos Planilhados" onde estará previsto a "estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos". Ou seja, atendendo o previsto em Lei. Não há como tratar do processo de compras como várias fases individualizadas, pois o resultado final é único, então, considerando a lisura do mesmo não se constata óbice quanto a informação estar junta o outro documento que compõe a contratação.

Aliás, a justificativa ainda para que não seja elencado, já no Termo de Referência, diga-se no momento da pesquisa de mercado para a formação do valor estimado da contratação, segue a mesma linha de raciocínio já exposto acima quanto ao orçamento sigiloso que não é divulgado preliminarmente, para não influenciar a possível pesquisa junto ao mercado fornecedor.

Considerando o bojo trago até então, conclui-se que, deve-se tratar o "sigilo" como um instrumento de maior eficiência às contratações públicas. A postergação da divulgação do valor estimado e dos parâmetros de sua composição, em que pese não afastar a importância de sua estimativa (e que será feito dentro do processo, após a pesquisa de mercado), auxilia quanto ao atendimento de uma maior vantajosidade à Administração Pública.

Assim, se tratando de uma perspectiva econômica, o "caráter sigiloso" do orçamento, dos parâmetros de composição dos valor(es) estimado(s) pode(m) ter o intuito de induzir melhores propostas, atendendo aos princípios da competitividade, da eficiência e da economicidade, buscando evitar que o preço de reserva da Administração influencie um alinhamento das propostas apresentadas.

No mais o processo de compras ele é público, podendo o interessado a qualquer momento após sua publicação do Edital solicitar acesso a documentação que lhe dá base, não trazendo assim qualquer

prejuízo quanto a transparência.

No mais não há prejuízo à competitividade, considerando que posteriormente, quando da publicação do Edital (fase externa da contratação), será publicado juntamente o valor estimado da contratação.

Para que não haja interferência na pesquisa de preços, que inclusive poderá ser realizada junto aos fornecedores, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 04/2022 da Secretaria de Administração e Planejamento, optou por não divulgar os valores estimados no Termo de Referência, bem como não se demonstra vantajoso a divulgação dos parâmetros que irão serem utilizados para a composição do valor médio.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 - Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se a **melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido é contratação, através de credenciamento, de forma contínua, de vagas na Educação Infantil junto às instituições particulares para atender a demanda de vagas na Educação Infantil no Município de Joinville/SC.**

7.2 - Quanto suas especificações, prazos envolvidos, garantias, bem como demais condições determinantes estão dispostas no **item 3**, acima.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 - O objeto da presente contratação é divisível e pode ser parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis, respeitadas as margens legais, bem como respeitando a capacidade técnica de atendimento de cada proponente;

8.2 - A escolha do critério (parcelamento) fora desta forma definida objetiva-se a melhor solução para a Administração Pública, devido ao fato de que, o parcelamento (ser a regra), não haver prejuízo ou perda de economia, se demonstra como mais vantajoso para a contratação em tela, bem como quanto a um melhor aproveitamento de mercado;

8.3 - No caso deve-se atentar-se as instituições de ensino que já possuem Termo de Contrato junto a municipalidade e que porventura vierem a se credenciar novamente, deverá ser garantido a possibilidade de rematrícula para o(s) aluno(s) até então atendido(s), desde que tenha disponibilidade de vaga(s) para a progressão do(s) aluno(s) na etapa da Educação Infantil subsequente na sua unidade escolar e, cuja rematrícula seja efetivada pelo responsável legal da criança no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Educação.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade da existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste documento.

Como resultado temos que a Administração cumprirá seu dever legal de fornecer meios de acesso as crianças as instituições de ensino, neste caso, CEIs.

Garantirá a permanência do aluno na escola.

Haverá o atendimento das metas de redução do analfabetismo no Brasil.

Buscar-se-á a redução de gastos com infraestrutura e contratação de servidores. A compra de vagas em escolas particulares pode representar uma economia significativa em comparação com a construção e manutenção de escolas públicas. Essa abordagem aproveita as instalações já existentes, reduzindo os custos associados à infraestrutura. De igual forma, não há a necessidade da contratação de servidores (professores, principalmente), que podem encarecer os custos com pessoal. Haveria também contenção de gastos com luz, água, etc.

Aliás, a compra de vagas pode representar uma alternativa mais econômica em termos de investimentos iniciais, quando comparada à construção de escolas públicas. Isso pode liberar recursos para outras necessidades educacionais.

Poderá também ajudar a reduzir o desperdício de recursos materiais, como alimentos, materiais de limpeza e equipamentos.

A Secretaria de Educação pode economizar tempo e recursos na administração diária das escolas, uma vez que as escolas privadas geralmente já têm sistemas administrativos bem estabelecidos.

A compra de vagas em instituições particulares pode permitir o aproveitamento de recursos educacionais já estabelecidos, como materiais didáticos, instalações adequadas e pessoal qualificado, sem a necessidade de investimentos adicionais.

Pode inclusive ajudar a otimizar o uso dos recursos públicos, direcionando-os para outras áreas da educação ou para a melhoria da qualidade do ensino.

A compra de vagas junto as instituições particulares pode proporcionar um atendimento a demanda de forma mais rápida frente a construção de novas unidades ou ampliações (que demandam mais tempo). Poderá dar a oportunidade de se ajustar rapidamente a oferta à demanda, evitando problemas de excesso ou falta de capacidade nas escolas públicas. Isso proporciona flexibilidade para lidar com variações na demanda por vagas na educação infantil.

Poderá haver um melhor aproveitamento de recursos humanos, no sentido que a Secretaria poderá direcionar seu foco na qualidade educacional, uma vez que as instituições já devem vir com o pleno atendimento educacional.

A compra de vagas dará flexibilidade aos pais e responsáveis de escolher entre uma variedade de instituições, permitindo atender às preferências individuais e garantir que as crianças recebam uma educação alinhada com as expectativas familiares.

As escolas particulares muitas vezes têm acesso a recursos didáticos e tecnológicos avançados. Ao comprar vagas nessas instituições, as escolas públicas podem se beneficiar do compartilhamento de recursos, proporcionando uma experiência educacional mais enriquecedora.

Assim buscar-se-á, garantir a qualidade do ensino, pois a compra de vagas pode garantir que as crianças tenham acesso a um ensino de qualidade, mesmo que não consigam uma vaga na rede pública.

A compra de vagas pode incentivar o setor privado a se envolver mais ativamente na prestação de serviços educacionais, criando uma parceria mutuamente benéfica entre o setor público e privado.

Ou seja, tudo isso agrega, quanto a melhor aproveitamento de recursos humanos, materiais, financeiros e de economicidade ao final.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há necessidade de providências adicionais.

A Secretaria de Educação dispõe de corpo técnico capacitado tanto para fiscalização como para a gestão contratual da futura contratação.

Desta forma, não há, num primeiro momento, ações que devem ser executadas pela Administração antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratação correlatas e/ou interdependentes ao objeto da presente contratação.

Tanto em compras unificadas, a nível municipal ou a nível de Atas ou Contratos vigentes com mesmo objeto perante aos consórcios (CINCATARINA e CIM-AMUNESC) no qual o Município faz parte.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 - Possíveis impactos ambientais

- Descarte inadequado de resíduos: ao realizar as atividades diárias, pode haver impactos com o descarte incorreto de equipamentos antigos, eletrônicos, móveis, papel, plásticos, embalagens, resíduos orgânicos, restos de atividades pedagógicas e administrativas, que pode resultar em poluição ambiental. O mesmo ocorre no caso das manutenções de infraestrutura p. ex.;

- As atividades diárias de limpeza e manutenção das instalações, podem envolver o uso de produtos químicos e materiais tóxicos que, se não forem adequadamente controlados, podem representar riscos para o Meio Ambiente e para a saúde das crianças;

- Consumo de energia e recursos naturais: as atividades do dia-a-dia, bem como de manutenção da unidade, podem envolver o uso significativo de energia e recursos, contribuindo para a escassez de recursos, se não forem utilizados de forma eficiente;
- A utilização de materiais didáticos, mobiliário e equipamentos nas instituições particulares pode estar associada à exploração de recursos naturais e à geração de resíduos no ciclo de produção, uso e descarte desses materiais;
- Impacto da infraestrutura escolar: A construção e manutenção das instalações das instituições particulares podem ter impactos ambientais, como a impermeabilização do solo, a redução de áreas verdes e a fragmentação de habitats naturais.

12.2 - Medidas mitigadoras

- Sustentabilidade ambiental: a instituição credenciada deve promover práticas sustentáveis, como o uso de recursos naturais de maneira responsável e a redução da geração de resíduos;
- Reforçar o uso responsável de recursos naturais, bem como a redução da geração de resíduos;
- Focar na coleta seletiva de resíduos: implementação de programas de coleta seletiva e reciclagem. Realizar a reciclagem ou o descarte correto dos equipamentos, das peças, componentes e acessórios, no caso das manutenções. Os resíduos eletrônicos gerados durante a manutenção devem ser coletados e dispositivos de acordo com a legislação local e as melhores práticas ambientais;
- Conscientizar quanto ao uso racional de recursos: como o uso consciente de água e energia elétrica. Conscientizar quanto ao uso eficiente de energia e a minimização do desperdício de recursos durante as operações.
- Hortas escolares: incentivo ao cultivo de hortas escolares para promover a alimentação saudável e a educação ambiental;
- Educação para a sustentabilidade: promoção de programas de Educação Ambiental e sustentabilidade. Enfoque na Educação Ambiental e sustentabilidade, atendendo à Lei 9.795/99.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Nº	A - Identificação de riscos (processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas, etc.) - considerar todas as fases da contratação (planejamento, seleção do fornecedor e execução)	Nível	B - Análise de riscos (compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia)	Nível	C - Avaliação de riscos (processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com a assunção deste pela Administração Municipal, ponderando a probabilidade de ocorrência e o impacto)	D - Tratamento de riscos (qualquer ação adotada para lidar com risco)	Conduta
1	Não previsão no Plano de Contratação Anual e Plano Orçamentário	1	Impactos de ordem orçamentária, entretanto, afeta a contratação	1	Baixo	Ajustar o PCA vigente. Planejar com atencêdências as demandas	Mitigar
2	Morosidade devido aos trâmites burocráticos para efetivar a contratação	3	Considerando todos os trâmites oriundos das Leis de regência das contratações públicas, podem haver entraves durante a análise e efetivação da contratação. Consequentemente não atender ao interesse público em tempo	3	Alto	Antecipar as contratações. Haver planejamento para que a contratação ocorra em tempo. Priorizar agilidade nas análises e tramitações do processo na fase interna	Mitigar
3	Ausência de estudos preliminares e imprecisão das definições na construção do processo de compras	1	Especificações insuficientes ou incompletas podem prejudicar a contratação. Com definições imprecisas poderá causar desinteresse do mercado, não se contratar o suficiente ou se contratar além do necessário. Não se atenderia de forma plena o interesse público	2	Baixo	Capacitar os servidores envolvidos. Escolher servidores com aptidão com o objeto a ser contratado	Evitar

4	Servidores em quantidade ou qualificação inadequada - servidores não detêm as competências multidisciplinares necessárias	2	Especificações incompletas ou com requisitos irrelevantes ou indevidamente restritivos. Assim não alcançar-se-á os objetivos pretendidos com a contratação	2
5	Ausência de Gerenciamento de Risco (permite ações contínuas de planejamento, organização, fiscalização dos riscos que possam comprometer a execução do Contrato)	2	Imprevisibilidade dos resultados esperados. O atendimento aos objetivos pretendidos é relativizado	2
6	Quantitativo subestimado ou superestimado	1	Não atendimento ao interesse público pela insuficiência da quantidade ou desperdício de dinheiro público no caso de superestimada a quantidade	3
7	Ausência de recursos orçamentários	2	Indisponibilidade orçamentária impedindo contratação ou inviabilizando o contrato, gerando prejuízo à Administração.	2
8	Inexequibilidade por parte das Contratadas	1	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação. O que pode inclusive gerar a necessidade de novo processo de compras (credenciamento)	4
9	Contratadas credenciadas se recusarem a assinar o Contrato	1	Impossibilidade de contratar. Desistência quanto ao atendimento ao objeto da contratação. Necessidade de uma nova contratação (credenciamento)	5
	Profissional(is) da		Atendimento parcial ou	

Médio	Aumentar o número de servidores envolvidos, bem como capacitar os servidores que participarão do planejamento e construção do processo de compras	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras. Ampliar a pesquisa de mercado	Evitar
Médio	Capacitar o(s) responsável(is) pelo planejamento e construção do processo de compras, para que não ocorra tal fato	Evitar
Médio	Antes das contratações fazer reserva orçamentária para tal finalidade (LOA) ou se for o caso realizar a reprogramação orçamentária	Evitar
Médio	Solicitar documentos de habilitação de forma suficiente a corroborar a que as Contratadas possuem capacidade de executar a contratação. Realizar diligências se necessário	Evitar
Médio	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência em condições favoráveis a contratação, para que não haja desistência no meio da contratação por parte das Contratadas. Dependendo o caso, se por motivação unilateral da Contratadas, encaminhar para apurar a responsabilidade	Evitar
	CAF estar atenta ao corpo técnico de profissionais das Contratadas. Realizar fiscalizações in	

10	Contratada sem capacidade técnica para atender ao objeto da contratação	1	não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	4
11	Descumprimento quanto aos prazos de prestação do serviço	1	Atendimento parcial ou não atendimento em sua totalidade ao objeto da contratação	4
12	Falha na prestação dos serviços - inexecução parcial ou total	2	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	4
13	Ausência de acompanhamento e fiscalização do futuro contrato	1	Distorções na execução do objeto contratado. Inexecução contratual. Não atendimento de forma plena a demanda	2
14	Responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato não possuir competência multidisciplinar necessárias para a atividade	2	Não fiscalização adequada do objeto da contratação. Passível de inexecução contratual. Não atendimento de forma plena do interesse público	3
15	Contratadas não manterem a regularidade fiscal durante a execução do contrato	2	Falha na prestação na execução do objeto contratado (sem receber, as Contratadas pode suspenderem a prestação dos serviços)	5

Médio	loco, para verificar constantemente se o(s) profissional(is) possuem capacidade técnica	Mitigar/transferir
Médio	CAF fiscalizar e estar atenta quanto a execução contratual. Se necessário notificar ou aplicação das devidas penalidades, no caso de descumprimento	Mitigar/transferir
Alto	Estar atento as empresas Contratadas. Verificar constantemente a regularidade fiscal e demais documentação correlata. Notificar as Contratadas. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Baixo	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Evitar
Médio	Capacitar e orientar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato quanto a importância da rotina na fiscalização. Se for o caso, substituir o(s) servidores que fazem parte da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento	Evitar
Alto	Fiscalizar rotineiramente as condições fiscais e tributárias da Contratada. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Transferir

16	Extinção contratual por descumprimento	1	Não atendimento ao interesse público. Paralisação do fornecimento e/ou prestação do(s) serviços. Necessidade de uma nova contratação	4
17	Alteração do escopo dos serviços contratados	1	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	4
18	Divergência com as Contratadas sobre a prestação do serviço no momento da execução	2	Descumprimento contratual. Não atendimento ao interesse público, seja de forma parcial ou total	3
19	Problemas com a infraestrutura das unidades escolares	1	Infraestruturas precárias, falta de recursos pedagógicos. Falta de planos de manutenção preventiva.	2
20	Problemas com a alimentação nas unidades escolares	1	Alimentação inadequada para as crianças. Com deficiência nutricional ou podendo causar riscos de intoxicação	2
21	Problemas com cobrança de valores extras dos pais dos alunos matriculados nas unidades	1	Onerar desnecessariamente o núcleo familiar, inclusive de forma indevida. Podendo gerar inclusive reclamações dos pais	2

Classificação dos Riscos

Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na extinção contratual. Notificar a(s) Contratada(s). Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Médio	CAF estar atenta rotineiramente quanto a execução contratual, buscando evitar descumprimentos que culminem na alteração do escopo da contratação. Notificar a(s) Contratada(s) caso necessário. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Médio	CAF estar atenta ao cumprimento das exigências e condições da contratação. Notificar a contratada. Dependendo o caso, a aplicação das penalidades previstas no Contrato	Mitigar/transferir
Baixo	Realizar visitas periódicas às instituições contratadas para verificar a da infraestrutura. Se for o caso notificar para ajustes	Transferir
Baixo	Realizar visitas periódicas às instituições contratadas para verificar a da infraestrutura. Se for o caso notificar para ajustes	Transferir
Baixo	Realizar visitas periódicas às instituições contratadas para verificar qualquer cobrança extra indevida. Deixar aberto canal de ouvidoria para pais. O Edital ressaltar a impossibilidade de cobrança de	Transferir

			dos menores, uma vez que indevida a cobrança	
22	Falta de seguranças nas unidades escolares	2	As crianças se machucarem por culpa exclusiva da gestão da Contratada mas que pode gerar transtornos para a Administração Pública, como p. ex. processos judiciais dos responsáveis legais pelos alunos	2
23	Credenciadas reiteradamente querem revisar os custos da contratação (elevar o valor) - pedido de reequilíbrio econômico-financeiro	2	As Contratada podem durante a execução da contratação a revisão de seus custos, justificando o aumento de valores de custos de execução dos serviços . O que pode encarecer a contratação	3
24	Credenciadas deixarem de se regularizarem junto ao COMED	1	Durante a contratação pode a instituição credenciada não manter as condições de autorização para funcionamento junto ao COMED, tornando-se irregular, trazendo prejuízos a execução dos serviços	4
25	Credenciadas não entregarem em tempo a documentação para pagamento ou entregarem de forma incompleta	1	O atraso ou a não entrega da documentação necessária poderá gerar problemas quanto ao pagamento do valor previsto	3
26	Credenciadas não realizarem de forma regular a frequência dos alunos	2	Poderá prejudicar a apuração dos valores a serem pagos às credenciadas, uma vez que o valor pago é com base na frequência do(s) aluno(s)	3
	Rotatividade das		Processo de seleção	

	de cobrança de valores adicionais dos menores. Em caso de constatação de qualquer irregularidade notificar a Contratada	
Médio	Realizar inspeções regulares das instalações para garantir condições seguras.	
Médio	Quando da pesquisa de preços, fazer uma ampla pesquisa de mercado para que os valores a serem pagos sejam compatíveis com a prática de mercado	Evitar
Médio	CAF reiteradamente verificar se as credenciadas mantêm as condições plenas de funcionamento junto os respectivos órgãos. Caso contrário, notificar ou inclusive encaminhar para PAD	Transferir
Médio	CAF orientar as credenciadas quanto a entrega da documentação necessária para o pagamento	Transferir
Médio	Realizar visitas periódicas às instituições contratadas para verificar se devidamente preenchida a documentação necessária ao pagamento. Realizar visita em loco para verificar se, a frequência é compatível com os alunos matriculados para que possa pagar efetivamente somente as vagas ativas	Transferir
	Estabelecer critérios claros para a seleção, considerando formação, experiência e	

27	inatividade dos profissionais das Contratadas / escassez de contratatar	3	inadequado. Ausência de critérios claros na avaliação dos candidatos. Salário ruim	2
28	Não alinhamento pedagógico com o plano da Secretaria de Educação	2	Falta de alinhamento entre o perfil dos profissionais e as necessidades pedagógicas. Ausência de um plano estratégico para o desenvolvimento das crianças. Carência de recursos educacionais.	3
29	Credenciamento de instituições de baixa qualidade	1	Poderá causar prejuízo no atendimento das crianças bem como deficiências nas práticas pedagógicas	3
30	Flutuações demográficas e necessidades emergentes de novas vagas	2	Demanda geográfica mudar ao longo do credenciamento da região previamente credenciada o que pode refletir em aumento da demanda por vagas em outras regiões não contempladas em sua totalidade	2
31	Responsáveis legais dos menores matriculados se recusarem a assinar a frequência do aluno ou não assinarem em tempo, atrasando o pagamento da Credenciada	1	Os pais podem prejudicar a credenciada a receber os valores que têm direito, prejudicando a continuidade da instituição	3
32	Os responsáveis legais dos menores retirarem o(s) aluno(s) da(s) instituição credenciada sem aviso ou possuir alta infrequência sem comunicar a credenciada ou a Secretaria de Educação	2	Haverá prejuízos para apuração da frequência e consequentemente dos valores a serem pagos, podendo a credenciada sair prejudicada	2
33	Credenciada durante a contratação desistir do contrato e pedir para se descredenciar	1	Causará uma deficiência de vagas na região, cabendo a Secretaria de Educação ter que buscar novas escolas para os alunos matriculados	5
Risco Geral				Médio

Médio	habilidades específicas para o trabalho com Educação Infantil. Realizar treinamentos regulares para atualização profissional.	Transferir
Médio	Desenvolver um plano pedagógico claro e alinhado com as diretrizes educacionais. Investir em recursos educacionais, como materiais didáticos e equipamentos adequados.	Mitigar/transferir
Médio	Definir critérios claros para a seleção das instituições. Realizar visitas in loco nas instituições antes do credenciamento para se certificar que possui condições de atendimento das crianças.	Transferir
Médio	Realizar análises demográficas anteriormente ao quadro de vagas visando prever o mais próximo possível a demanda.	Evitar
Médio	Instituições possuírem uma boa relação com os pais dos menores, entrando em contato rotineiramente com os mesmos	Transferir
Médio	Instituições possuírem uma boa relação com os pais dos menores, bem como monitorar a frequência de perto do alunos	Aceitar
Médio	CAF estar atenta a execução da contratação. Verificar constantemente os documentos de habilitação se válidos. Verificar se o valor a ser pago está dentro dos parâmetros de mercado	Mitigar
Médio		

Probabilidade (P)			Impacto (I)			Classificação dos Riscos		Possibilidade de Tratamento dos Riscos	
Índice	Descrição	Nível	Índice	Descrição	Nível	Pontuação (A x B / P x I)	Risco	Conduta	Descrição
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1	Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1	15 a 25	Muito Alto	Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Pouco provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2	Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2	8 a 12	Alto	Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3	Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3	3 a 6	Médio	Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4	Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4	1 e 2	Baixo	Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase	5	Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente	5	0	Muito Baixo	Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de

	garantida no prazo associado ao objetivo.		o atingimento do objetivo/resultados.				o caso de monitorar ao longo do tempo.
--	---	--	---------------------------------------	--	--	--	--

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Médio
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Vide item 13, acima
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		Vide item 13, acima

Conclusão:

- a) Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução (é contratação, através de credenciamento, de forma contínua, de vagas na Educação Infantil junto às instituições particulares para atender a demanda de vagas na Educação Infantil no Município de Joinville/SC) descrita no presente Estudo Técnico Preliminar para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.
- b) No mais, diante de todas as informações colhidas no presente documento demonstra que há adequação (alinhamento) da solução escolhida frente a necessidade a ser atendida.



Documento assinado eletronicamente por Erika Satie Sato Lopes, Gerente, em 17/06/2024, às 16:57, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador 0021418426 e o código CRC 396D19DD.

Rua Itajaí, 390 - Bairro Centro - CEP 89201-090 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br